

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

CAMILA AUGUSTA LIMA ALVES

PARA ALÉM DO DOCUMENTO:
UM ESTUDO TEÓRICO SOBRE OS CONCEITOS DE DOCUMENTO

JOÃO PESSOA

2015

CAMILA AUGUSTA LIMA ALVES

PARA ALÉM DO DOCUMENTO:
UM ESTUDO TEÓRICO SOBRE OS CONCEITOS DE DOCUMENTO

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto

João Pessoa
2015


CAMILA AUGUSTA LIMA ALVES

PARA ALÉM DO DOCUMENTO:
UM ESTUDO TEÓRICO SOBRE OS CONCEITOS DE DOCUMENTO

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel.


Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto
Orientador

Luiz Eduardo Ferreira da Silva
Examinador – DCI/UFPB



Thais Catoira Pereira
Examinadora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A474p Alves, Camila Augusta Lima.

Para além do documento: um estudo teórico sobre os conceitos de documento./ Camila Augusta Lima Alves. – João Pessoa: UFPB, 2015. 31f.

Orientador: Carlos Xavier de Azevedo Netto
Monografia (Graduação em Arquivologia) – UFPB/CCSA.

1.Documento. 2. História do documento. 3. Conceitos de documento
I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 002.1:9(043.2)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a *Deus*, pela presença e auxílio constante nesses anos em que me fiz presente em João Pessoa, no qual apesar de só fisicamente, sempre sentia a presença amiga dos mentores amigos e anjos protetores.

Agradeço à minha *família*, que em todos os momentos me apoiou nesta empreitada de morar em João Pessoa, no desejo de realização de um sonho antigo. Ao meu *pai*, que acordava cedo comigo, zelando para que chegasse bem, à minha *mãe* que possibilitou minhas voltas à cidade, com a bagagem cheia de suprimentos e saudades, às minhas irmãs *Layla* e *Laiza*, com suas palavras de apoio e estímulo para continuar na batalha, a eles sou extremamente grata!

Agradecimento especial ao meu querido orientador, Professor *Carlos Xavier*, que com muita paciência e bom humor, sempre me ajudou, ouviu minhas queixas, ideias e inquietações. A você, professor sou muito grata. Aos meus caros amigos e professores: *Thaís Catoira* e *Luiz Eduardo* aos quais com todo prazer dispuseram-se a participar da banca, contribuindo ainda mais com as discussões e melhorias deste estudo.

À Coordenação do Curso de Arquivologia em sua completude, que sempre buscou melhorias em prol de seus alunos. Ao corpo docente, por seus ensinamentos e relevantes discussões em sala durante as aulas. Aos funcionários *Alex*, *Márcio* e *Ayla*, sempre prestativos, solícitos e dispostos a ajudar. Agradeço à minha querida coordenadora do curso a professora *Meriane Rocha Vieira* por sua valiosa ajuda e paciência em prol de uma causa. Sou grata também às professoras *Genoveva Batista*, *Rosa Zuleide* e *Luciana Costa* que além de professoras, foram amigas, a elas meu obrigada!

Agradecimentos aos meus companheiros de turma: *Thaise Souza*, *Edilza Rodrigues* pela sempre preocupação, compreensão e estima! E claro um agradecimento mais que especial à meu caro e valoroso amigo *Uthant Saturnino*.

Não posso deixar de citar meus amigos, em especial *Cristina Balbino*, que me ‘apresentou’ João Pessoa, dando-me abrigo e ombro amigo. Aos meus amigos *Paloma*, *Natália*, *Igor*, *Mirnah*, *Shara*, *Derek*, *Mayrane* e *Andréia* aos quais me possibilitaram bons momentos de conversas, discussões e lazer, nesta cidade querida. E claro, aos amigos que fiz durante a estada nesta cidade e que se eternizarão em meu coração: *Kleber Moreira* e *Umbelino Peregrino* por me receberem de braços abertos no Iphan/PB. A todos vocês, verdadeiramente, meu muito obrigado!

O conhecimento é sempre uma certa relação estratégica em que o homem se encontra situado. É essa relação estratégica que vai definir o efeito do conhecimento e por isso seria totalmente contraditório imaginar um conhecimento que não fosse em sua natureza obrigatoriamente parcial, oblíquo, perspectivo. O caráter perspectivo do conhecimento não deriva da natureza humana, mas sempre do caráter polêmico e estratégico do conhecimento. (Michel Foucault)

RESUMO

Busca trazer à luz discussões teóricas que envolvem o conceito de documento, objetivando compreendê-lo para além das clássicas concepções tratadas pelas principais disciplinas que o utilizam, em especial, a Arquivologia. Dentro do campo arquivístico o documento de arquivo seria aquele produzido e/ou recebido por uma instituição pública ou privada, no exercício de suas atividades, constituindo elemento de prova ou informação. Este conceito foi institucionalizado no final do século XIX por Paul Otlet e Henri La Fontaine, quando criaram a Documentação, enquanto campo de conhecimento. Apresenta como objetivo perceber que o documento vai mais além que os tão somente tradicionais, carregados de valores administrativos, probatórios ou históricos, presentes em tradicionais suportes físicos: escrito, filmográfico, cartográfico, iconográfico. Apresenta como urdidura metodológica a pesquisa qualitativa, numa perspectiva de análise e interpretação das ideias de teóricos desta e de outras áreas, buscando suporte na pesquisa comparativa tendo em vista que partimos de uma investigação de conceitos. Conclui que compreender a ideia de documento significa entender sua história, situando-o enquanto produto de uma vontade, que seria a de informar ou a de se informar.

Palavras-chave: 1.Documento. 2. História do documento. 3. Conceitos de documento

ABSTRACT

Seeks to bring to light theoretical discussions involving the concept paper, in order to understand it beyond the classical concepts addressed by the major disciplines that use it, in particular, Archival. Within the archival field the record would be one produced and / or received by a public or private institution, in the exercise of their activities, providing evidence or information. This concept was institutionalized in the late nineteenth century by Paul Otlet and Henri La Fontaine, when they created the Documentation, as a field of knowledge. Its objective is to realize that the document goes further than solely traditional, charged with administrative, evidentiary or historical values present in traditional media: written, filmográfico, cartographic, iconographic. It presented as methodological warp qualitative research, with a view to analysis and interpretation of the theoretical ideas of this and other areas, seeking support in comparative research in order to set off an investigation of concepts. It concludes that understand the idea of a document means understanding its history, placing it as the product of a will, which would be to inform and to be informed.

Keywords: 1. Document. 2. Document History. 3. Concepts document.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	A TEORIA DO CONCEITO.....	14
3	POR TRÁS DO DOCUMENTO: DISCUTINDO ASPECTOS CONCEITUAIS DO TERMO.....	18
3.1	O Documento sob a perspectiva da Documentação e nas dimensões Historiográfica e Diplomática.....	18
3.2	Os aspectos ontológicos e sociais do documento.....	23
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
	REFERÊNCIAS.....	27

1 INTRODUÇÃO

Desde o Período Clássico Ocidental existe a preocupação dos homens em preservar seus documentos, os atenienses, por exemplo, guardavam seus documentos no Templo da Mãe dos Deuses, chamado de Metroon, para Schellenberg (2006, p.25), esse Templo seria um ‘ancestral’ dos arquivos atuais, tendo em vista que os arquivos, enquanto instituição de guarda, tiveram origem na antiga civilização grega, nos séculos V e IV a.C. Contudo após o declínio das civilizações antigas, ou seja, durante o que se convencionou chamar de Idade Média, os documentos clássicos foram preservados, estendendo a influência desta preservação para a Idade Moderna.

É então durante o período Moderno que os arquivos passam a adquirir importância no campo das discussões e normalizações. Procurava-se responder a seguinte pergunta: o que se fazer com os documentos do passado? No fervor da Revolução Francesa a Assembleia Nacional criou um arquivo no qual deveriam ser guardados e exibidos os seus atos, esse arquivo, através do decreto de 12 de setembro de 1790, transformou-se no *Archives Nationales de Paris*, primeiro arquivo nacional criado no mundo (SCHELLENBERG, 2006, p.26).

Já na Inglaterra, 50 anos após a Revolução Francesa, foi criado um arquivo central chamado de *Public Record Office*, as razões para sua criação foram tanto de ordem prática, quanto cultural, as razões práticas relacionaram-se com as condições em que os documentos oficiais se encontravam, pois havia um volume considerável de rolos de pergaminho de períodos passados. Esses rolos receberam certa atenção durante o reinado de Carlos II, pois o conservador de arquivos Willian Pynne, tentou estabelecer uma ordem aos documentos que “durante muitos anos permaneceram num verdadeiro caos, deteriorando-se sob teias de aranhas, poeira e imundice no canto mais escuro da capela de César” (SCHELLENBERG, 2006, p.28). No que diz respeito à ordem cultural esta partiu dos historiadores, ao qual tentaram fazer com que as pessoas reconhecessem o valor dos documentos, identificando-se a partir deles enquanto sujeitos históricos, inseridos em um contexto e realidade histórica.

Ligada à ideia de documento esteve presente o Arquivo, enquanto instituição mantenedora. A concepção de arquivo, dentro da própria terminologia da palavra advém do

grego *Arkhê*, ao qual designa tanto o *começo* quanto o *comando*. Significando que a palavra reúne e coordena ao mesmo tempo o lugar onde as coisas *começam* (seja a partir de causas físicas, naturais, ou de fatores históricos); e o lugar de *comando*: princípio da lei que diz respeito ao lugar *onde* os homens e os deuses *comandam*. Diante de tais significados, Derrida (1995) vislumbra o arquivo mergulhado em uma heterogeneidade que atravessa cada momento semântico existente na própria genealogia da palavra. Pois para o autor toda identidade implica sempre, nela mesma, uma diferença, uma heterogeneidade (DERRIDA, 1995).

Um dos teóricos da arquivologia que mais se aproximou das ideias derridarianas, percebendo as variadas dimensões que podem assumir um arquivo foi Terry Cook, no início da década de 1990, com Arquivologia Pós-Moderna ou Arquivologia Pós-Custodial. Cook defendeu a ideia de que há sempre um contexto atrás do texto, onde relações de poder conformam a herança documental, já que “nada é neutro, nada é imparcial, tudo é conformado, apresentado, representado, simbolizado, significado, assinado por aquele que fala, fotografa, escreve” pelas instâncias onde essas ações se dão (FONSECA, 2015, p. 60). Nesta perspectiva, Cook, foi além de conceitos da arquivologia, como:

- i. “A ciência que estuda os princípios e os procedimentos metodológicos empregados na conservação dos documentos de arquivos, permitindo assegurar a preservação dos direitos, dos interesses, do saber e da memória das pessoas físicas e morais” (JARDIM, 1990);
- ii. Ou “A ciência que estuda a natureza dos arquivos, os princípios de sua conservação e organização, bem como os meios para sua utilização” (HEREDIA HERRERA, 1990, apud JARDIM).

Buscando ampliar esta concepção, Cook, pensou os arquivos para além dos limites institucionais, para o autor os arquivos são capazes de oferecer aos cidadãos um senso de identidade, de história, de cultura e memória. A teoria arquivista pós-custodial baseia-se antes na análise do processo de criação, do que nas metodologias de arranjo e descrição, passando a concentrar-se na análise das funções sociais do criador dos documentos e as múltiplas inter-relações nas quais estiveram expostas.

Partimos então para a concepção e ideia de Conceito, no qual adotaremos os princípios de Dahlberg (1978, p. 106). Para a autora “somente quando se quer descobrir *novos planetas* se faz necessário à definição do conceito de ‘*planeta*’ para distingui-los dos demais *corpos celestes*”. Pois sem “definições, sem compreensão do conteúdo dos conceitos, nenhuma ordenação de conceitos pode ser construída” (DAHLBERG, 1978a, p. 18). Minayo (2009, p. 19) acredita que “os termos mais importantes de um discurso científico são os conceitos, esses são vocábulos carregados de sentido em torno do qual existe ação social”. A autora delimita três atributos para o conceito: *valorativos*, pois precisam explicitar a corrente teórica que pertencem; *pragmáticos*, pois descrevem e interpretam uma realidade; e *comunicativos*, pois devem estar claros, de forma a serem compreendidos pelos interlocutores da pesquisa.

Neste sentido a informação, presente em documentos, apresenta-se como um fenômeno eminentemente humano, sendo assim a informação que antes era tida como estoque a ser preservado, é encontrada agora dentro das trocas simbólicas existentes nos relacionamentos humanos. Para que a informação exista se faz necessária a presença humana (AZEVEDO NETTO, 2002). Compreendemos informação como um signo, pois existe nela uma significação presente no próprio processo de interlocução. Para isso o signo caracteriza-se como uma “entidade que permeia a existência humana, parte da compreensão do homem sobre o mundo, é o elo de comunicação, abarcado as formas de representação que o homem faz do universo” (AZEVEDO NETTO, 2002, p.02).

Para que a informação exista os agentes envolvidos no processo precisam ter condições culturais comuns, tornando possível a compreensão, pois informação “constitui-se a partir das formas culturais de semantização de nossa experiência do mundo e seus desdobramentos em atos de enunciação, de interpretação, de transmissão e de inscrição” (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2003, p. 32). Portanto a informação está inserida no tecido social, produzindo sentido dentro de relações humanas específicas.

Para Frohmann (2006) quando a informação materializa-se no suporte, adquire os atributos de documentação, que por sua vez pode identificar os campos de força institucional, cultural, tecnológico e/ou político que configuram características sociais e públicas da informação na atualidade. Para o autor a informação que será materializada é observada na forma da enunciação dos discursos ou nos registros, que aqui podemos considerar os documentos, livros, registros sonoros, áudio-visuais. (FROHMANN, 2008). Por isso a

informação a qual concordamos é aquela existente nas instâncias sociais, quando os agentes envolvidos fazem parte de uma ordem normativa legitimada pelo grupo de interlocução, onde os processos comunicacionais são compreendidos por todos que fazem parte daquele conjunto, ou nele estão inseridos.

Após tais compreensões partimos para o conceito de documento, conceito este que não é algo novo e tampouco consensual. O documento para Tanus, Renau e Araújo (2012) pode ser compreendido sob duas vias: a primeira remete à própria origem da palavra *docere*, “aquilo que ensina”, tornando-se um instrumento a partir do qual algo pode ser ensinado a alguém. A segunda via refere-se ao entendimento de documento como ‘suporte de informação’, que referenciam aos atributos de forma (geométrica, cor, peso, textura).

Cabe-nos também considerar uma distinção entre o conceito de documento e de documento de arquivo, em geral o primeiro seria aquele produzido e/ou recebido por pessoa física no decurso de sua existência. Sendo o documento de arquivo aquele produzido e/ou recebido por uma instituição pública ou privada, no exercício de suas atividades, constituindo elemento de prova ou informação (BELLOTTO, 2006).

Contudo este conceito foi institucionalizado no final do século XIX por Paul Otlet e Henri La Fontaine, quando criaram a Documentação, enquanto campo de conhecimento. Uma das principais contribuições deste campo foi a consolidação do conceito de documento:

Documento é o livro, a revista, o jornal, é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música, é também atualmente o filme, o disco e toda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica. Ao lado dos textos e imagens há objetos documentais por si mesmos - Realia. (OTLET, 1937 *apud* TANUS, RENAU, ARAÚJO, 2012, p. 159).

Percebe-se a abertura proporcionada ao conceito de documento, distanciando-se de seu suporte físico, comumente o papel, para o entendimento do cunho informacional, de seu conteúdo e assunto. Extrapola-se assim a dimensão do suporte, indo em direção à informação, essa contida em variadas espécies documentais.

Esse estudo apresenta como justificativa nossa inquietação diante dos constantes debates em aulas, de distintas disciplinas, envolvendo a questão: o que arquivista, em sua prática profissional, deve compreender por “documento”? Percebemos que tais debates giravam sempre em torno de uma conceituação genérica para qual qualquer elemento escrito,

gráfico, iconográfico ou fonético, gerado em decorrência de atividades de uma instituição, carregando forma e função, é visto como um documento. Percebe-se que são essas formas e funções produzidas e/ou recebidas por entidades públicas, privadas ou por uma família (ou pessoa) no transcurso de suas atividades que irá dizer se determinado documento é de arquivo, museu ou biblioteca. Diante desta visualização clássica, para o qual os estudantes dos cursos de graduação em arquivologia, em especial da UFPB, vem debatendo em sala, que permeia nosso intuito de compreender esse conceito para além desta visão. Procurando demonstrar a partir de análises de distintos autores a multifuncionalidade que pode se apresentar o documento. Nesta medida, caberá aqui levantar o diálogo reflexivo que nos possibilite trazer a luz discussões que envolvem a compreensão desse conceito.

Assim cabe-nos perguntar: O que pretendemos quando falamos em documento? É possível compreendê-lo para além de uma concepção clássica constantemente apresentada por arquivistas em suas práticas profissionais?

Para tanto traçamos como Objetivo Geral:

- a) Trazer a luz discussões que permeiam o termo documento, visualizando-o não somente com suas características clássicas tratadas, mas sim permeado de uma multifuncionalidade.

Especificamente objetivamos:

1. Situar teoricamente a ideia de conceito e todos os termos que o envolvem, permitindo desta forma discutirmos o documento em seus aspectos prático-conceituais;
2. Analisar as discussões que envolvem os conceitos de documento no intuito de percebê-lo para além das visões clássicas existentes na área da arquivologia.

Para tanto utilizamos como procedimentos metodológicos a abordagem qualitativa, tendo em vista que ela busca atingir o conhecimento de um fenômeno histórico, significativo em sua singularidade. Dentro da perspectiva qualitativa trabalharemos com análise e interpretação, pois de acordo com Gomes (2009, p. 79) elas ocorrem quando exploramos em nosso estudo um conjunto de opiniões e representações sociais sobre determinado tema. Dentro desta abordagem utilizaremos a pesquisa comparativa tendo em

vista que partimos de uma investigação dos conceitos que envolvem a concepção de documento, buscando compreender os elementos comuns que povoam a compreensão no campo da arquivologia, partindo para a busca de elementos de outros campos que também discutem este conceito, procurando assim analisá-lo sob ambas as óticas.

Sendo assim nosso estudo encontra-se estruturado nas seguintes partes: introdução na qual está contida a noção inicial do nosso estudo. No segundo momento discutiremos a teoria do conceito, apresentando contribuições teóricas de autores que trouxeram à luz essas discussões. Em seguida partiremos para as discussões que permeiam as abordagens teóricas clássicas que envolvem o documento, ideias as quais buscaremos desconstruir percebendo-o para além do suporte físico, visualizando-os como produtos das complexas relações sociais.

2 A TEORIA DO CONCEITO

A teoria do conceito compreende, dentre outros aspectos, o conjunto de enunciados oriundos de pesquisas e reflexões presentes em todos os fazeres humanos, de forma explícita ou implícita. Sua gênese vem sendo discutida ao longo da história do pensamento filosófico e científico, em diversos campos disciplinares, destacando-se a filosofia, a psicologia, a arquivologia, a biblioteconomia. De acordo com Japiassú e Marcondes (2006, p. 50) o termo “conceito” tem origem no latim *conceptum*, ao qual designa pensamento, ideia, podendo ser um objeto único ou uma classe de objetos.

Dahlberg (1978a, p. 9), antes de elaborar suas reflexões para o campo da biblioteconomia a despeito de aspectos relativos à classificação, vem discutir a concepção do conceito. Para a autora o conceito é formado por meio de predicados relacionados aos objetos. Conhecer características ou elementos que compõem os objetos possibilita-nos dizer que “a linguagem constitui a capacidade do homem designar os objetos que o circundam assim como de comunicar-se com os seus semelhantes” (DAHLBERG, 1978b, p. 101).

Apenas a partir da linguagem é possível formular enunciados a respeito dos conceitos, “com base nos enunciados elaboramos os conceitos relativos aos diversos objetos, cada enunciado verdadeiro representa um elemento do conceito. A soma total dos enunciados verdadeiros fornece seu conceito” [...]. Todo enunciado sobre objetos contém um elemento do respectivo conceito que se identifica como característica do conceito, estes elementos identificam-se com as chamadas características dos conceitos (DAHLBERG, 1978b, p. 102).

A definição de Dahlberg (1978, p. 5) do conceito seria a “unidade do conhecimento, compreendendo afirmações verdadeiras sobre um dado item de referência, representado por uma forma verbal”. Dahlberg identifica esses três componentes principais:

afirmação verdadeira é a componente de um conceito que expressa um atributo do seu item de referência. Item de referência é o componente de um conceito para qual sua afirmação verdadeira e sua forma verbal estão diretamente relacionadas, sendo assim o seu referente. Forma verbal (termo/nome) de um conceito é o componente que resume convenientemente ou sintetiza e representa um conceito com o propósito de designar um conceito de comunicação.” (DAHLBERG, 1978, p. 5)

Os conceitos apresentam funções às quais: descrevem os objetos da experiência dos indivíduos, para permitir o seu reconhecimento; tem caráter classificador, uma vez que o homem classifica os fatos nos conceitos; organiza os dados da experiência de modo que estabeleçam entre eles conexões de natureza lógica; e prevê, antecipa ou projeta a solução de um problema (ABBAGNAMO 1998, p. 168, *apud* MARTINS, 2010, p. 27). Os objetos para serem definidos necessita de observações sobre ele mesmo, procurando extrair daí atributos e características que o façam de modelo de todo um conjunto de objetos pertencentes à uma mesma classe. Desta forma percebemos que a formação dos conceitos é a síntese dos predicados necessários verdadeiros a respeito de determinado objeto, ou seja, o conceito é a unidade de representação que surge pela síntese dos predicados necessários relacionados com determinado objeto (DAHLBERG, 1978a, p. 12).

Por sua vez a representação e seus instrumentos elucidam os desdobramentos informacionais, sejam eles orais ou escritos. Para que ocorra o processo info-comunicacional deve existir o compartilhamento das representações sociais, possibilitando, desta maneira, o entendimento do papel dos conceitos dentro do processo de transferência da informação em uma determinada comunidade (AZEVEDO NETTO, 2008, p.48).

Nesta dinâmica a representação assume a função de tornar presente à consciência a realidade externa, ou seja, um construto de imagens que a mente tem a respeito do mundo exterior. A representação consiste “estar no lugar de”, ela ocorre em um contexto em que o signo seja dotado de significado (MARTINS, 2010, p.19). De acordo com Bergson (1999, p. 69) o ato de ‘perceber’ “acaba não sendo mais do que uma ocasião de lembrar, que na prática medimos o grau de realidade com o grau de utilidade, que temos todo o interesse, em erigir em simples signos do real essas intuições imediatas que coincidem, no fundo, com a própria realidade”.

Para Foucault (1981, p. 67) é pela comparação que a imagem se figura, ou em suas palavras “todo conhecimento se obtém pela comparação de duas ou várias coisas”. Para o autor existem duas formas de comparação: a comparação da medida e a da ordem. A primeira diz respeito às grandezas, “a comparação efetuada pela medida se reduz às relações aritméticas de igualdade e desigualdade”, já a comparação da ordem é um ato que permite passar de um termo a outro depois a um terceiro. Neste tipo de comparação são estabelecidos elementos, aos quais são observadas semelhanças e diferentes entre esses e outros. “O

semelhante depois de ter sido analisado segundo a unidade e as relações de igualdade ou desigualdade é analisado segundo a identidade e as diferenças: diferenças que podem ser pensadas na ordem das inferências” (FOUCAULT, 1981, p. 69).

Complementando essas ideias com as de Bergson (1999), o autor traz que a percepção não é jamais um simples contato do espírito com o objeto presente; está inteiramente impregnada das lembranças-imagens que a completam, interpretando-a. A lembrança-imagem, por sua vez, participa da ‘lembrança pura’ que ela começa a materializar, e da percepção na qual tende a se encarnar.

Compreendemos então a partir da perspectiva de ‘comparação’ foucaultiana e da ‘percepção das lembranças-imagens e lembrança-pura’ bergsonianas que os signos terão espaço no interior do conhecimento. Só há signo a partir do momento em que se acha conhecida a possibilidade de uma relação de substituição de dois elementos já conhecidos.

No pensamento de Aristóteles podemos encontrar relevantes contribuições para a teoria do conceito. Suas ideias envolvem o ato da cognição humana e a fatoração do conceito em categorias. Aristóteles se preocupou em classificar e representar os seres e as substâncias, para isso desenvolveu categorias as quais contribuíram para que fossem estabelecidas as classificações, essas categorias seriam as seguintes (MARTINS, 2010, p. 30):

1. Substância
2. Quantidade
3. Qualidade
4. Relação
5. Lugar
6. Tempo
7. Posição
8. Posse
9. Ação
10. Paixão ou passividade.

Tais categorias são identificadas como conceitos que permitem identificar os objetos a partir de uma operação mental buscando equivalência entre o objeto, sua representação e as equivalências que se fazem dele. Nesta perspectiva “o sujeito surge como ser central, seus atributos são predicados e de um mesmo predicado pode-se inferir outros predicados” (MARTINS, 2010, p. 32). Outro expoente no campo das discussões que envolvem “categorias” foi o indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan. Mais conhecido e citado pelo seu último nome. Ranganathan é considerado atualmente uma referência no campo da classificação, ele desenvolveu na década de 1930 a *Colon Classification* (Classificação de Dois Pontos) que consistia em uma tabela elaborada para a organização do acervo da Biblioteca da Universidade de Madras. Essa classificação consistia em esquemas que permitiam não só a organização física, mas também permitia a representação da informação registrada (MARTINS, 2010).

Por ‘categoria’, a perspectiva ranganathiana compreende um conceito de alta generalidade e de larga aplicação que serve de estrutura a um esquema de classificação, pois sob este esquema podem-se reunir outros conceitos. As categorias se constituem como condição para certas compreensões básicas que a mente emite sobre o mundo na tentativa de interpretá-lo e compreendê-lo. Elas permitem descrever o mundo e as coisas que o compõem.

Partindo de tal perspectiva, podem ser compreendidas como unidades cognitivas que guiam a apreensão da multiplicidade, pois é sob tais unidades que distinguimos e classificamos os vários modos em que o ser se apresenta, operando a separação, a conjunção e a classificação do variegado de seres que preenche o mundo (ARANALDE, 2009, p. 89).

Sendo assim as categorias se constituem como condição de possibilidade para as impressões que emitimos sobre o mundo na tentativa de interpretá-lo e compreendê-lo. Elas permitem descrever o mundo e as coisas que o compõem. Nesta feita formular representações do conhecimento é uma capacidade de que o pensamento humano dispõe para organizar e classificar a realidade. A necessidade de uma organização e classificação dos conceitos em unidades que possibilitem a interlocução entre membros de uma mesma comunidade discursiva é fundamental para que ocorra a transferência da informação.

3 POR TRÁS DO DOCUMENTO: DISCUTINDO ASPECTOS CONCEITUAIS DO TERMO

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 73) define documento como toda a unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato. Bellotto (2006), um expoente no campo da arquivologia, por sua vez, apresenta a concepção de documento, partido nas seguintes funções: cultural, administrativa, jurídica, histórica e probatória. Para a autora a finalidade do documento é “informar com o objetivo cultural, científico, funcional ou jurídico conforme a natureza do material reproduzido ou referenciado” (BELLOTTO, 2006, p. 36). Seguindo este raciocínio a autora apresenta o documento presente apenas em arquivos, bibliotecas, museus e centro de documentação. Esses quatro tipos de instituições irão diferenciar-se a partir de seus acervos e do tratamento técnico que esses recebem, ou seja, enquanto a biblioteca, o museu e os centros de documentação, apresentam-se como órgãos colecionadores de documentos, o arquivo irá apresentar-se como órgão receptor de documento, daí o caráter único que os documentos de um arquivo possuem, de acordo com esta perspectiva.

Essas e outras concepções que envolvem a ideia de documento são vistas como a intenção das sociedades de registrar suas e outras épocas, seja para organizar as atividades cotidianas ou mesmo para perpetuar características de um tempo. E tem como principais representantes Paul Otlet e Suzanne Briet, considerados autores pioneiros na arquivologia. Trabalharam a noção de documento a partir de novas possibilidades, o que abriu precedentes para pensá-los como informação fixada em diferentes suportes.

3.1 O Documento sob a perspectiva da Documentação e nas dimensões Historiográfica e Diplomática

Do “documento” (enquanto informação materializada) surgia no final do século XIX a Documentação enquanto disciplina, possuindo como objetivo ser uma técnica voltada para a organização da informação científica publicada naquela época. Em 1934, a Documentação foi apresentada e defendida como disciplina por meio da obra “*Traité de Documentation*”, de autoria do advogado e bibliógrafo belga Paul Otlet (1868-1944), que tinha o objetivo de criar

a partir dessa disciplina, um repositório bibliográfico universal, que permitisse o registro de todo o conhecimento humano sobre diversos assuntos, de diferentes épocas e línguas.

A partir das reflexões geradas com a publicação desses e de outros manuais específicos, cujo objetivo residia no estabelecimento de regras e princípios para a organização dos arquivos, é que a Arquivologia vem se institucionalizar enquanto disciplina ainda no século XIX. A partir de então o termo muda, perpassando de Documentação para Arquivologia.

O termo documento utilizado para designar testemunho histórico foi ampliado com a corrente positivista, entre os séculos XIX e XX, para o qual não existia veracidade no “passado” se não estivesse respaldada pela existência do documento escrito. Neste sentido, tanto os historiadores, como os arquivistas embasados em visões positivistas, utilizaram o documento como provas de uma ação, afastando qualquer subjetividade que pudesse opor-se a objetividade da produção documental.

Contudo no século XX o documento tornou-se recurso para os pesquisadores que tinham por obrigação apresentar as suas fontes de informações como recurso para garantir confiabilidade aos trabalhos por eles produzidos. A utilização de fontes não escritas (visuais, sonoras) só foram aceitas através da proposta da *Escola dos Annales*, aonde os historiadores supriam a ausência das fontes escritas elaborando seus trabalhos Historiográficos a partir de outras fontes, tais como signos, paisagens, ou atividades.

Durante a Escola Positivista¹ atribui-se ao documento o adjetivo de *Monumento*, sendo “o monumento como tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos”, era concebido e visto como valor de prova, as palavras neles inscritas serviam como testemunhos de atos e práticas humanas (LE GOFF, 1990, p. 535).

Le Goff (1990, p. 536) cita que os monumentos têm como características “ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas e o reenviar a testemunhos e só uma parcela mínima são testemunhos escritos”. É então que o documento adquire esse valor de testemunho, de valor de prova e de ligação com o passado e paralelamente

¹ O Positivismo pregava a cientificação do pensamento e do estudo humano, visando a obtenção de resultados claros e objetivos. Os seguidores desse movimento acreditavam num ideal de neutralidade, ou seja, na separação entre o pesquisador e fenômeno pesquisado. Dentre os principais adeptos podemos destacar Auguste Comte, na Filosofia e Émile Durkheim, na Sociologia.

também a ideia do “preservar” esses testemunhos como suporte para a História, que não se faria possível sem que os documentos não tivessem deixado traços de um passado. A partir da Escola Positivista foi cunhada a ideia de que todo Historiador “que trate de historiografia ou do mister de historiador recordará que é indispensável o recurso do documento” (LE GOFF, 1990, p. 536).

Contudo um pouco após a Escola Positivista, mais precisamente com os fundadores da Revista dos *Annales*², a noção de documento foi ampliada. Os autores da Revista reconheciam o valor do documento escrito como testemunho de um passado, mas percebiam que na ausência deles a História também se faz,

com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (LE GOFF, 1990, p. 540).

É então que a noção de documento deixa de estar ligada unicamente ao registro, ampliando a palavra para qualquer outro suporte ou dimensão. “Há que tomar a palavra 'documento' no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira” (LE GOFF, 1990, p. 540). É neste contexto que a crítica ao documento surge como estratégia acerca de uma reflexão ao documento. Durante à Idade Média esta crítica esteve ligada à procura da autenticidade, uma vez que a Igreja empreendeu uma luta contra os falsários e os falsos diplomas, falsas cartas, falsos textos canônicos. Aqui a Diplomática surge como disciplina auxiliar ao “combate” desta prática.

Porém o que os fundadores dos *Annales* citam é uma crítica em profundidade, diante da passividade dos historiadores perante os documentos, aceitando os escritos sem uma análise de todos os problemas postos pela sua transmissão.

² Em 1929, surgiu na França uma revista intitulada *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch. A revista foi o símbolo de uma nova corrente historiográfica identificada como *Escola dos Annales*. A proposta inicial do periódico era se livrar de uma visão positivista da escrita da História que havia dominado o final do século XIX e início do XX. Sob a Escola dos *Annales*, a História era relatada como uma crônica de acontecimentos, buscando analisar os processos de longa duração com a finalidade de permitir maior e melhor compreensão das civilizações das “mentalidades”.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1990, p. 545).

A intenção não é mais interpretar o documento, nem determinar se ele diz a verdade e qual o seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo, elaborá-lo no seu interior. Le Goff diz que é preciso reagrupar, colocar em relação, constituir um conjunto, pois o documento é “o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio”. E conclui “o documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro (voluntária ou involuntariamente) determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 1990, p. 547-548).

Muitos teóricos da arquivologia aderiram à visão positivista, anteriormente mencionada, para tratar dos arquivos e seus documentos, visão à qual se atribui aos documentos os valores administrativos, histórico e de informação. Couture (1996, apud MARAÑÓN, 2011), é um desses teóricos, para ele o documento de arquivo é um recipiente ou suporte para o conteúdo, o qual o documento seria: “informação gravada, independente da forma ou meio criado, recebido ou mantido por uma agência, instituição, organização ou indivíduo em cumprimento das obrigações legais ou na transmissão de negócios”. Atribui-se aos documentos a ideia da informação materializada institucionalmente, tomadas como recursos primordiais para revelação de campos de força que geram ou são representações de práticas sociais e culturais concretas (GRIGOLETO, 2012).

Duranti (1994, p. 2), também adepta das teorias positivistas, define o documento de arquivo como “qualquer documento criado, produzido ou recebido e reservado para uma ação, por uma pessoa física ou jurídica no curso de uma atividade como um instrumento ou subproduto de tal atividade”, ou seja, compreendido nada mais do que uma prova de uma ação. Muito próxima as ideias durantianas, Bellotto (2006) considera a concepção de documento a partir da sua criação ou proveniência, para a autora, a função pela qual um documento é criado é o que vai determinar seu uso, é a razão de sua origem e emprego, e não o suporte sobre o qual está constituído, o que vai determinar sua condição de documento.

Nesta concepção um documento considerado administrativo tem a função de definir, controlar, executar ou aconselhar sobre processos de trabalho, atividades ou itens dando conta das atividades de uma organização. O arquivo neste sentido surge como o órgão que institucionaliza os documentos e os dá veracidade. No século XX entram em destaque os estudos realizados no Canadá, a partir do final da década de 80, a primeira delas conhecida como Arquivística Integrada proposta por Couture, Ducharme e Rousseau devido às necessidades enfrentadas pelo Arquivo Nacional do Québec em trabalhar com documentos ativos, semi-ativos e históricos. Aqui divide-se a informação em orgânica e não – orgânica.

A informação orgânica é definida como aquela que é produzida ou recebida no âmbito de uma atividade e a produção de uma ou mais informações orgânicas que darão origem aos arquivos de uma instituição. Já as informações não-orgânicas são aquelas contidas em documentos bibliográficos, por exemplo. Na Arquivística Integrada o arquivo e o arquivista não mais são vistos como simples guardiões da memória histórica e institucional, mas sim partícipes do momento de criação dos documentos ativos, garantindo a racionalização das informações.

Em 1987, o arquivista Hugh Taylor identificou uma mudança paradigmática ocasionada pelas mudanças sociais, tecnológicas e profissionais ocorridas nos últimos anos, na qual se atribuiu o nome de Arquivística Funcional ou Pós-moderna. Suas ideias residem na identificação do novo paradigma enunciado por Taylor e têm seus estudos aprofundados nos textos de Terry Cook. Para o autor o documento surge dentro de um contexto, como parte de alguma outra atividade ou necessidade, seja pessoal, seja institucional, para compreendê-los é preciso observar contextos, onde as relações entre documento e instituição

não são relações fixas, de um-para-um, como nas abordagens arquivísticas tradicionais de arranjo e descrição; elas são, antes, relações de muitos-para-um, um-para-muitos e muitos-para-muitos: são, por exemplo, relações entre várias séries e um criador, entre vários criadores e uma série, entre muitos criadores e muitas séries, entre criadores e outros criadores, entre séries e outras séries e entre séries e criadores para funções e vice-versa, entre funções correntes e suas predecessoras ou sucessoras, entre agências mais antigas e documentos de suas sucessoras - uma infinita riqueza de quase todo tipo concebível de inter-relacionamento contextual entre documentos, criadores e funções (COOK, 1998, p. 132).

Nesse contexto de reformulações e reinterpretções conceituais e disciplinares, Cook defende a ideia de uma mudança que englobe agora o contexto sociocultural de criação dos documentos, levando-se em conta o contexto e processo que o gerou, o arquivo deixa de ser simplesmente o lugar onde estão alocados os documentos. Segundo Cook (2001, apud TOGNOLLI; GUIMARÃES, 2011, p. 31) os documentos são combinados intelectualmente e funcionalmente, de formas diferentes, para objetivos diferentes, em lugares e horas diferentes, em vários tipos e por pessoas diferentes.

Em meio a todas essas discussões Le Goff (1990) ressaltou que a história só é possível porque o passado deixou rastros, se antes o historiador escolhia entre os vestígios, privilegiando os escritos enquanto monumentos, hoje a questão não se limita apenas a “considerar os documentos como monumentos”, mas, também, “inserir-los nos conjuntos formados por outros documentos”. Entre os quais os podemos considerar os vestígios de cultura material, discussão a qual travaremos no tópico seguinte.

3.2 Os aspectos ontológicos e sociais do documento

Compreender o documento em suas distintas nuances nos faz percebê-lo para além de uma mera concepção probatória, administrativa ou histórica, mas obriga-nos a vislumbrá-lo com uma carga histórica que nos remete à Roma Antiga, ao qual o termo seria uma versão romanesca de *documentum*, palavra derivada do verbo *docere*, que significa ensinar, instruir.

Contudo desde a antiguidade atribuía-se diferente designação à palavra, para o imperador Júlio César, documento significava *aviso, exemplo, ensinamento*, o historiador romano Tito Lívio o compreendia como *amostra e prova*, já o filósofo Cícero o apreendia como *modelo* (RABELLO, 2009, p. 117).

Percebemos que essas características atribuídas ao termo “documento”, apresentam um sentido muito próximo ao utilizados nos dias atuais, todavia alguns autores vão mais além, Astor Diehl (2002, p. 90), por exemplo, ao discutir sobre o fazer histórico, cita que este não ocorre apenas devido às fontes escritas, mas também em toda ação humana, fontes orais, expressões, tradições, representações.

Maria Lúcia Niemeyer (2012) ao tratar do objeto musealizado aborda que apenas as noções de conjunto e acumulação são insuficientes para dar conta da ideia de coleção. A autora considera dois aspectos presentes no documento, o primeiro é ser ele um ‘objeto’ e o segundo ele dar ‘suporte à informação’. Nessas definições encontram-se presentes duas ideias: a natureza material do documento e a presença da informação. “A transformação de um objeto em documento pode ocorrer no momento em que se busca a informação por aquele que lhe reconhece um significado”, desta forma “todo e qualquer objeto pode ser tornado documento, ainda que essa não tenha sido sua função original”. Todo e qualquer objeto é passível de ser utilizado como documento “o documento não tem em si sua própria identidade, pois é a questão do conhecimento que cria o sistema documental” (LOUREIRO, 2012, p. 99).

Para Loureiro (2012, p.100) o que definirá a um objeto o caráter de documento, seria, além do lugar ao qual ele estará inserido, pois nestes espaços ele receberá atributos de registros, classificação e catalogação, mas acima de tudo o significado à ele conferido, mesmo que em seu contexto inicial tenha sofrido mudanças, para tanto cita como exemplo:

O contexto original de um objeto pré-histórico sofre uma mudança radical ao ser coletado, adquirido ou descoberto, ocasião em que lhe é conferido um significado estável que tende a perdurar ao longo da vida na coleção [...], pois os sentidos de um objeto variam ao longo de sua trajetória no tempo e no espaço, mas também de acordo com quem o percebe (LOUREIRO, 2012, p. 101).

Então é indispensável abordar as relações dos objetos com outros objetos, com pessoas e com lugares, para que ele seja tratado como documento. “O documento é, portanto, o produto de uma vontade, a de informar ou a de se informar, sendo que pelo menos o segundo é sempre necessário”, uma vez que é o homem quem transforma um objeto em documento a partir do momento em que lhe atribui significados (LOUREIRO, 2014, p. 218). Desta forma, podemos considerar documento: as pedras em um Museu de Mineralogia, os animais catalogados em um zoológico, espécimes vegetais em um Jardim Botânico, até mesmo o próprio corpo humano tornado artefato, ou seja, objetos dotados de sentido, que lhes foram atribuídos pelo homem, pois se alguém considera um objeto ou um evento um documento, então ele é por definição um documento (LOUREIRO, 2014).

Pesez (1998) aborda o documento numa perspectiva da cultura material ao qual para a autora a cultura material relaciona-se com os aspectos materiais que pesam sobre a vida do homem, nas quais opõe-se precisamente à cultura. Essa, por sua vez, “só se exprime no concreto, não e pelos objetos. Em suma, a relação entre o homem e os objetos (sendo, aliás, o próprio homem, em seu corpo físico, um objeto material), pois o homem não pode estar ausente quando se trata de cultura” (PESEZ, 1998, p.181).

A cultura material pode ser compreendida então pelo vasto universo de objetos usados e criados pela espécie humana, podendo ser abrangida não apenas por esses objetos, mas também, segundo Loureiro (2014, p.218), por “estruturas e paisagens modificadas, ou seja, qualquer universo material socialmente apropriado”. Nesta feita concordamos que o conceito de documento pode se aplicado à lugares, à pessoas, à animais, à paisagens, à objetos, enfim, a tudo passível de receber e ser atribuído significados e valores.

Considerando a concepção do ser na perspectiva das categorias aristotélicas, percebemos os aspectos ontológicos ligados aos “ser enquanto substância” e ao “ser enquanto reconhecido pelo outro”. O ser enquanto substância não depende da existência do outro para existir, pois já existe por si só. Contudo o “ser enquanto reconhecido pelo outro”, compreendemos por tudo aquilo em que o homem, enquanto sujeito modificador, atribuir valores e reconhece para si e para os outros. Pois conhecer e reconhecer o mundo circundante, as relações e interações estabelecidas ou ainda por estabelecer, constituem aspirações essencialmente humanas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início, os documentos foram criados para servir de prova de um determinado fato, atestando deveres e comprovando direitos. Foram identificados como objeto da Arquivística no final do século XIX, quando essa adquire o status de disciplina, contudo durante mais de um século de existência, enquanto disciplina, a Arquivística ainda não possuía uma unidade de critério acerca das características do documento de arquivo.

No âmbito da História, coube aos historiadores da *Escola dos Annales* a ampliação do conceito de documento. Ao questionar o uso exclusivo de fontes textuais pela História, defenderam que, na ausência de documentos escritos, a História fosse feita com palavras, com signos, com paisagens, com pedras, com análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem.

Já no âmbito da arquivologia, mais especificamente com a Arquivística Funcional ou Pós-Moderna o documento de arquivo passa a ser entendido como uma entidade social e culturalmente construída, na qual estão implicadas as relações de poder, onde mais de uma história pode ser contada. Esse novo “lugar” ocupa uma posição tendenciosa, e não está livre das influências sofridas em seu contexto de criação.

Percebe-se que a arquivologia ao tratar dos métodos de recuperação de informação acaba privilegiando os elementos clássicos que envolvem o documento, neste sentido coube-nos perceber que, para além da dependência de palavras, a recuperação também existe para com objetos em seu sentido amplo. Neste âmbito Loureiro, Azevedo Netto e Cascardo (2014) percebem que embora os sistemas de informação tenham tradicionalmente privilegiado registros textuais, as necessidades de recuperação de informação devem ser consideradas em relação a qualquer fenômeno que alguém possa desejar observar: eventos, processos, imagens e objetos, bem como textos. Os autores percebem a partir de Tim Ingold que “não só os produtos humanos, mas todos os elementos que compõem a realidade desempenham ações e reações entre si e com os indivíduos e, de forma autônoma, agenciam o mundo por meio de processos de interação” (LOUREIRO, AZEVEDO NETO, CASCARDO, 2014, p.4809).

Sendo assim, os referidos autores discutem que a noção estabelecida de “objeto”, diferencia-se da noção de “coisa”. O mundo que habitamos não é povoado por objetos, mas por coisas. Em uma árvore, por exemplo, há inúmeros fluxos vitais: o musgo que cresce na superfície externa do tronco, ou por baixo da casca onde habitam milhares de pequenos insetos, o pássaro que constrói seu ninho nos galhos, o modo como as folhas balançam ao vento. Podemos demonstrar outro exemplo com a casa, a qual “nunca fica pronta. Ela exige de seus moradores um esforço contínuo de reforço face ao vaivém de seus habitantes humanos e não-humanos. A casa real é uma reunião de vidas e habitá-la é se juntar à esta reunião”. Tais exemplos nos mostram o que Ingold (2012) considera “coisa” diferindo-a do objeto. Pois o objeto se apresenta como um fato consumado. A coisa por sua vez é o acontecer é o lugar aonde vários acontecimentos se entrelaçam.

Suzanne Briet ao “redefinir o documento como todo índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado com os fins de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”, estendeu a noção também aos animais, às narrativas, aos eventos, desde que todos esses tenham sido processados e tratados como documentos, pois é o olhar e atribuição de sentidos que faz uma coisa um documento, representando muito mais que um suporte, uma estrutura ou um conteúdo, implica além de tudo a guarda, a circunstância e a vontade de dar origem a um fato.

REFERÊNCIAS

ARANALDE, Michel Maya. Reflexões sobre os sistemas categoriais de Aristóteles, Kant e Ranganathan. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 38, n. 1, p. 86-108, jan./abr. 2009

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. Signo, sinal, informação: as relações de construção e transferência de significados. **Informação e Sociedade**, Joao Pessoa, v.12, n. 2, p. 1-13, 2002. Disponível em <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/143/137>. Acesso em 28 jan./2016.

_____. A abordagem do conceito como estrutura semiótica. **TransInformação**, Campinas, 20(1): 47-58, jan./abr., 2008. Disponível em <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/search/advancedResults>. Acesso em 15 dez./2015

BARRETO, Aldo. A condição da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. Tradução Paulo Neves. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais para um entendimento arquivístico comum na formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista de Estudos Históricos**, 1998.

DAHLBERG, Ingretaut. Teoria da classificação, ontem e hoje. Tradução do inglês por Henry B. Cox. Palestra apresentada à Conferencia Brasileira de Classificação Bibliográfica, Rio de Janeiro, 12-17 set./1972. Disponível em http://www.conexaorio.com/bit/dahlbergteoria/dahlberg_teoriam.htm. Acesso em 25 jan. 2015.

_____. Fundamentos teórico-conceituais da classificação. **Revista Biblioteconomia**, Brasília, v. 6, n. 1. Jan./jun. 1978a.

_____. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, v. 7, n.2, p. 101-107, 1978b.

DELEUZE, Guilles; Félix. GUATTARI. **O que é filosofia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

DERRIDA, Jacques. **Archive fever: a freudian impression**. Translate by Eric Prenowitz. Chicago-London: The University of Chicago Press, 1995.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org); DESLANDES, Suely Ferreira;

GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: Editora Edusc, 2002.

ESTRADA, Paulo Cesar Duque. Jamais se renuncia ao Arquivo Notas sobre 'Mal de Arquivo' de Jacques Derrida. **Nat. hum.**, São Paulo, v. 12, n. 2, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S15174302010000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 nov/2015.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. 2ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1981.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação na contemporaneidade. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R. LARA, M. (Org.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34

GONZÁLEZ DE GÓMEZ. Maria Nélide. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n.1, p. 5-18, jan./jun. 2001.

_____. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, 2003.

_____. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 117-122, jul./dez. 1990.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

GRIGOLETO, Maira Cristina. Informação e documento: expressão material no patrimônio. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n.1, p. 57-69, jan./jun. 2012.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n.37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). **Revista BRAPCI**, v.27, n. 3, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LOUREIRO, Maria Lúcia Niemeyer Matheus. Notas sobre a construção do objeto musealizado como documento. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v.44, p.91-106, 2012.

_____. A cidade e o quilombo: objeto, patrimônio e documento. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio** (PPG-PMUS Unirio\MAST), v.7, n. 1, 2014.

_____; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier; CASCARDO, Ana Beatriz Soares. Memória e cultura material: objetos, palavras e representações. **Anais...** [recurso eletrônico] / XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: além das nuvens, expandindo as fronteiras da Ciência da Informação, 27-31 de outubro em Belo Horizonte, MG. / organizadores: Isa Maria Freire, Lilian M. A. R. Álvares, Renata M. A. Baracho, Maurício B. Almeida, Beatriz V. Cendon, Benildes C. M. S. Maculan. – Belo Horizonte, ECI, UFMG, 2014.

MARAÑÓN, Eduardo Ismael Murguia. Percepções e aproximações do documento na Historiografia, Documentação e Ciência da Informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 42-53, jul./dez. 2011.

MARTINS, Gracy Kelli. **Mapa conceitual de uma ontologia de domínio do Patrimônio Imaterial Brasileiro**: um percurso pelos caminhos de Pierce, Dahlberg e Novak. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: _____ (org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

_____; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade? **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, n. 9, v. 3, p. 239-262, 1993.

PESEZ, Jean-Marie. **História da cultura material**. In: LE GOFF, Jacques. A História Nova. Tradução Eduardo Brandão. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RABELLO, Rodrigo. **A face oculta do documento**: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6ª edição. Rio de Janeiro Editora FGV.

TANUS, Gabrielle Francinne de S. C.; RENAU, Leonardo Vasconcelos.; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O Conceito de Documento em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação. São Paulo, v.8, n.2, p. 158-174, jul./dez. 2012.

TOGNOLLI, Natália Bolfanari; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A organização do conhecimento arquivística; perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.1, p.21-44, jan./mar. 2011.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais.** Parte I. Tradução de Augustin Wernet. São Paulo/ Campinas: Cortez Editora/ Editora da Unicamp, 1992.